



CLIPPING



17 e 18
de
SETEMBRO

EM **POUCAS** LINHAS

➤ O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) realizará, na próxima segunda-feira, o evento “História, Independência e

acessibilidade: o bicentenário sob a ótica da numismática e da acessibilidade”.

➤ **Para participar, é preciso fazer inscrição no site do TJPA.**

NAUFRÁGIO COTIJUBA

Defesa pede revogação da prisão preventiva de comandante da lancha

JUSTIÇA - Marcos de Souza Oliveira, condutor da embarcação, foi preso na terça-feira (13)



Dorivaldo Belém, advogado do comandante do barco "Dona Lourdes II", afirma que a empresa disponibilizará a quantia R\$ 10 mil para cada família das pessoas que morreram no naufrágio

SAUL ANJOS
DA REDAÇÃO

Dorivaldo Belém, responsável pela defesa de Marcos de Souza Oliveira, o comandante da embarcação "Dona Lourdes II", protocolou ontem um pedido de revogação da prisão preventiva de Marcos. Preso há quatro dias, a defesa de Marcos de Souza Oliveira, solicitou a revogação da prisão preventiva.

Marcos foi preso na tarde de terça-feira (13). Ele estava escondido na casa do cunhado em Ananindeua. O endereço, como detalhou o delegado-geral, Walter Resende, estava sendo monitorado desde sábado (10). A Polícia Civil aguardou o momento para confirmar a localização e prendê-lo.

De acordo com Dorivaldo Belém, a mãe e a irmã do comandante da Dona Lourdes II, identificadas como Meire Ferreira de Souza e Malu Souza Oliveira, não serão presas. "Não quer dizer que elas não vão responder pelo caso, apenas que não têm responsabilidade criminal até agora", contou a defesa.

Segundo Dorivaldo, a embarcação era de Malu Souza Oliveira,

irmã de Marcos, e ela teria cedido a lancha para a própria mãe, Meire Ferreira de Souza, realizar o trajeto Camará-Belém.

INDENIZAÇÃO

O advogado também protocolou na última quarta-feira (14) um processo de indenização por danos morais para as famílias das vítimas que morreram no naufrágio. O valor ofertado para indenização é de R\$ 220 mil. O advogado criminalista disse à redação integrada de O LIBERAL, na tarde de ontem, que o valor o pode aumentar caso mais pessoas mortas do acidente sejam encontradas. Até o momento, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) contabiliza 66 sobreviventes e 22 mortos. A embarcação "Dona Lourdes II" naufragou na quinta-feira (8) na baía do Marajó, nas proximidades da praia da Saudade, na ilha de Cotijuba em Belém.

De acordo com Dorivaldo, a empresa M de Souza Navegações Ares, que pertence a Meire Ferreira de Souza, a mãe de Marcos, será responsável por disponibilizar a quantia R\$ 10 mil para cada família das pessoas que mor-

reram no naufrágio. No entanto, ele diz que pode aumentar o valor se mais corpos aparecerem. "A indenização não paga vida, é apenas uma compensação que a lei prevê, independentemente de culpa. A empresa reconhece sua responsabilidade objetiva. Não é oferecido mais dinheiro, porque a empresa não tem. É para ajudar nos custos de sepultamento e outras coisas. Se forem 23 vítimas, nós oferecemos uma quantia maior, passaria para R\$ 230 mil", disse a defesa. Ao ser questionado sobre a possibilidade de alguma família demandar mais dinheiro, ele responde que fica à decisão do juiz: "Eles vão se habilitar num processo e pedir para o juiz que vai decidir, de acordo com capacidade financeira para a empresa".

DESAPARECIDA

Sofia Loren, de 4 anos, que estava na embarcação, continua desaparecida. A informação foi confirmada ontem pela Segup. De acordo com a secretaria, as buscas pela menina, que é considerada a última vítima do naufrágio, continuam no 10º dia, com apoio de mergulhadores do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) na Baía do Marajó.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

JUSTIÇA

Em sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada na quarta-feira (14), o TJPA aprovou por unanimidade a instalação de mais duas varas no Estado – em São Félix do Xingu e Dom Eliseu – a fim de assegurar uma melhor prestação jurisdicional à população das referidas comarcas. A sessão foi comandada pelo presidente em exercício, desembargador Ronaldo Marques Valle. Os desembargadores acompanharam a relatora da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, que votou pela aprovação das duas minutas de resolução.

LINHA DIRETA

O Ministério Público do Pará disponibilizou também em Braille o edital do concurso público para promotores de Justiça, divulgado originalmente em 23 de agosto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BANDIDO REAGIU À VOZ DE PRISÃO DADA POR POLÍCIA ACUSADO DE HOMICÍDIOS

Localizado em uma residência no município de Cametá, nordeste do Pará, Yonab Pinto Ribeiro sacou uma arma

INTERVENÇÃO FATAL

JR Avelar

Procurado pela Polícia Civil por ter participação investigada em pelo menos dois homicídios na cidade de Tucuruí, sudeste paraense, morreu no interior de Cametá, na região nordeste, durante um cumprimento de mandado de prisão, Yonab Pinto Ribeiro, que investiu armado contra uma guarnição da Polícia Militar e acabou alvejado e morto.

No relatório de missão de uma guarnição do 32º Batalhão de Cametá consta que, por volta das 6h da última quinta-feira (15), recebeu informações do serviço de inteligência do CPR IV de Tucuruí de que um homicida que fugiu de uma operação para cumprimento de mandado de prisão estaria escondido na vila de Juaba, interior de Cametá.

A informação da inteligência complementava que o procurado Yonab Pinto Ribeiro estaria na companhia de mais dois suspeitos ainda não identificados, e diante dessas informações, o serviço de inteligência do 32º Batalhão de Cametá começou a diligenciar para localizar o alvo.

Após levantamentos foi identificada a possível casa na vila de Juaba onde Yonab Pinto Ribeiro estaria homiziado, sendo determinado pelo comando do Batalhão que fosse montada uma operação para dar cumprimento



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CIAS MILITARES, MAS FEZ UMA PÉSSIMA ESCOLHA MORRE EM TROCA DE TIROS

de fogo para atirar contra a guarnição, que foi mais rápida e o atingiu com um disparo durante a abordagem



O bandido era suspeito de participar de pelo menos dois crimes de homicídio na cidade de Tucuruí, na mesma região
FOTOS: DIVULGAÇÃO

ao mandado de prisão expedido pela Justiça de Tucuruí. Os policiais relataram que na chegada ao imóvel, os suspeitos reagiram à voz de prisão, e Yonab Pinto Ribeiro sacou uma arma de fogo e fez um disparo, porém foi neutralizado a tempo.

Ele foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo antes mesmo de chegar ao hospital. Os dois parcei-

ros conseguiram fugir, e com Yonab Pinto Ribeiro foi apreendido um revólver calibre 32 com seis munições sendo quatro intactas uma deflagrada e uma percutida.

HISTÓRICO

Yonab Pinto era suspeito de participação em diversos crimes na região de Tucuruí. No mês passado, a Polícia Civil prendeu Wellington Ma-

theus, que juntamente com Yonab Pinto Ribeiro, matou a tiros Lucielson Bahia Portilho, no dia 29 de maio deste ano.

No dia do crime, Wellington Matheus e Yonab Pinto foram até a casa do pai da vítima armados, adentraram o imóvel pelo muro e efetuaram cinco disparos contra Lucielson, tudo diante do pai da vítima, mostrando extrema frieza de como agiam em Tucuruí.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**SÁBADO****Diário do Pará**

TERCEIRO ENVOLVIDO NA MORTE
DE PROFESSORA É CAPTURADO.
PÁGINA 3

POLÍCIA**CHEIO DE DROGAS**

TRAFICANTE TENTA FUGIR, MAS É PRESO

COMBATE AO CRIME**JR Avelar**

Passado o impacto dos protestos na Foz do Rio Camará na Ilha do Marajó as equipes do Comando de Policiamento Regional XI do Marajó Oriental voltam a centrar o foco na permanente "Operação Impacto" levado pelo tenente coronel Josimar Leão aos municípios sob jurisdição do CPR XI.

Uma guarnição do 73º Pelotão Policial Destacado de Salvaterra sob o comando subtenente Edival, sargentos Odair, João e De Paula na viatura 0804 realizava rondas no bairro do Marabá, quando avistou na alameda do Mezenga, Jair Ramos da Conceição, 20 anos.

O suspeito era um velho conhecido das autoridades da região pela prática de venda de entorpecentes, o qual ao avis-

tar a viatura tentou escapar do local, porém foi impedido pela guarnição de serviço que fez o cerco conseguindo sua detenção.

FLAGRANTE

Após busca pessoal foi encontrado no bolso da bermuda de Jair Conceição uma caixa de fósforo contendo nove pedras de uma substância análoga a óxi, o suficiente para o comandante informar ao detido que ele estava preso.

Quando Jair Ramos da Conceição recebeu a "triste notícia" a "ficha caiu" e o mesmo reagiu à prisão com o intuito de "pegar o beco" sendo necessário o uso diferenciado da força, visando conter e imobilizar o criminoso, que estava bastante alterado.

O autor do delito foi conduzido para a Delegacia de Polícia Civil de Salvaterra e apresentado ao delegado Felipe onde foi autuado em flagrante delito e se encontra à disposição da Justiça de Salvaterra.



Jair Ramos da Conceição foi flagrado com pedras de óxi na bermuda, na cidade de Salvaterra, Marajó
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

Cultura paraense

O Tribunal de Justiça do Pará abre nesta segunda-feira, 19, a "Primavera de Museus". A programação será na sede da Corte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA

Raul Luiz Ferraz Filho



MINUTA

- Estão abertas as inscrições para a Master Class 5, que abordará o tema “Direitos Humanos e Diálogos Jurisdicionais”. A capacitação é comemorativa aos 40 anos da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA) e será realizada no dia 20 de setembro, das 15h30 às 17h30, no auditório Desembargadora Maria Lucia Gomes Marcos dos Santos, localizado no prédio sede do Judiciário paraense. A Master Class é aberta para o público em geral e as inscrições são gratuitas.
- Durante Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada na última quarta-feira, 14, desembargadores (as) aprovaram à unanimidade a instalação de mais duas Varas, sendo uma na Comarca de São Félix do Xingu e outra na Comarca de Dom Eliseu, além de, conseqüentemente, a alteração da nomenclatura e da competência delas, que atualmente são Varas Únicas. A sessão ocorreu por videoconferência, e foi comandada pelo desembargador Ronaldo Marques Valle, vice-presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
- Com o objetivo de incentivar o debate e a divulgação de sinais e medidas preventivas ao suicídio, em alusão ao Setembro Amarelo, a Comarca de Parauapebas promoveu uma roda de conversa com o público interno a fim de conscientizá-lo sobre o tema. A programação foi coordenada pelo diretor do Fórum, o juiz Celso Quim Filho, com apoio das servidoras Patrícia Viana e Rafaela Cristina.
- O Estado do Pará recebeu no dia 9 de setembro a segunda etapa do Seminário Notarial promovido pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os mais de nove mil Cartórios de Notas brasileiros. O evento reuniu mais de 300 pessoas no hotel Princesa Louçã e teve o objetivo de apresentar e debater a nova plataforma nacional do notariado, que permite a prática de atos eletrônicos como escrituras de compra e venda de imóveis, procurações, autenticações de documentos e reconhecimentos de firmas. O Seminário Notarial também homenageou o tabelião paraense Zeno Augusto Bastos Veloso, que faleceu em 2021, e que por mais de 40 anos atuou como titular do Cartório Chermont, além de ser jurista de destaque internacional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lflmcosta@gmail.com

Escritório Brasil de Castro obtém vitórias importantes na Justiça Eleitoral

O escritório Brasil de Castro, tendo à frente o advogado João Brasil (foto), conseguiu vitórias importantes no TRE do Pará. Num deles foi revertida decisão transitado em julgado e deferido um registro de candidatura já impugnado por rejeição de contas pelo TCM-PA, uma vez que o julgamento irregular resultou apenas na aplicação de multa. Em outro, a corte modificou seu entendimento relativo a prova ilícita envolvendo gravação em ambiente privado, que antes do julgamento a corte eleitoral considerava legal. Após discussão no plenário, o TRE modificou o entendimento e, por maioria, acatou a tese defensiva sobre a ilegalidade da gravação, afastando as provas decorrentes dessa gravação.



CAMPANHA DO CÍRIO 2022 DO TRT8 BENEFICIARÁ ESTUDANTES CARENTES

O TRT8 lançou oficialmente no último dia 5 a campanha do Círio 2022, no auditório Aloysio da Costa Chaves, na sede do Tribunal. O tema da campanha deste ano é "Maria, Mãe e Mestre, desperta nas crianças e nos adolescentes o interesse pelo saber e pela educação transformadora de suas realidades" que pretende arrecadar até o Círio de Nazaré, material escolar, tablets, computadores que serão doados para os estudantes carentes. O tribunal firmou parceria com mais de 70 escolas para doação do material. São 2 pontos de arrecadação: um na sede



do TRT8 e outro na sede do Ministério Público, localizado na Av. Governador José Malcher.

Outra forma de doar é através do Pix (91) 98437-0500 criado exclusivamente para a campanha.



Ordem do Mérito Jus Et Labor: ATEP homenageia Daniel Cruz

A Associação da Advocacia Trabalhista do Estado do Pará (ATEP) vai homenagear o ex-presidente da entidade, Daniel Santos Cruz, no próximo dia 24 em concorrida recepção numa casa de recepções do bairro da campina. Um dia antes, no dia 23, Daniel recebe do TRT8 a Comenda da Ordem do Mérito Jus Et Labor no grau Oficial. A comenda é a mais alta do tribunal e homenageia pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços ao país, à Justiça do Trabalho e à 8ª Região de modo especial. A indicação foi feita pelo desembargador do trabalho Marcus Augusto Losada Maia.

Gênero, raça e classe: escritório Moura, Furtado & Maués completa 4 anos

Fundado em 2018, pelas sócias Karla Furtado e Thais Moura, o escritório, hoje Moura, Furtado & Maués Advogadas Associadas com a chegada da sócia Gabrielle Maués, se tornou pioneira na advocacia feminista, antirracista e Anti LGTBIQAP+ fóbica no Pará, dedicada à defesa dos direitos das mulheres e outros grupos socialmente vulnerabilizados, para promover um tratamento processual igualitário. O escritório realizou inúmeras ações de enfrentamento à violência de gênero no Judiciário, dentro e fora das instituições. Nesses 4 anos, o escritório passou por mudanças, mas segue firme atuando na defesa de direitos de mulheres com perspectiva de gênero, raça, classe.



DIREITO É DIREITO

Especialista em Direito Processual Civil, a advogada Lorena Cristina de Araújo Brito, do escritório Clodomir Araújo Advogados Associados, comenta decisão do STF que rejeitou a ADI do PDT, mantendo prazo de inelegibilidade da Lei Ficha Limpa.



JF— De que se trata a ADI impetrada pelo PDT no STF?

Re O PDT Nacional ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.630, que questionava o termo "após o cumprimento da pena" constante da alínea "e", inciso I do art. 1º, da Lei Complementar nº. 64/1990, buscando o reconhecimento de que o tempo de eventual prisão também fosse computado para cumprimento do prazo de 8 anos de inelegibilidade.

JF— O que diz essa Lei?

Re Diz que são "inelegíveis" os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ("..."). Mas, o PDT sugeriu que o político condenado a 5 anos de prisão, por exemplo, ficaria impedido de disputar uma eleição por esse período e mais 3 anos, totalizando, assim, os 8 anos previstos na Lei da Ficha Limpa.

JF— E qual foi a decisão do STF?

Re O Ministro Alexandre de Moraes, relator da ADI, apontou a possibilidade de divergência regimental, uma vez que o dispositivo já teria sido julgado em outra ADI em 2012, sendo declarada constitucional. O ministro apontou que "uma vez decidido, não cabe repetição de ação direta e não cabe ação rescisória", afirmando que não houve mudança da lei. Dessa forma, sem a análise do mérito, por 6 votos a 4, a ADI não foi conhecida pelo STF e permanece válido o trecho da Lei da Ficha Limpa que estabelece que somente "após o cumprimento da pena" se inicia o prazo de 8 anos de inelegibilidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BOCA DE FUMO É ESTOURADA POR MILITARES PRESOS POR TRÁFICO

Marcos das Chagas e Mateus das Chagas, que são gêmeos, foram abordados e flagrados com entorpecentes e levados para a cadeia, assim como Vilma das Chagas Souza. O caso ocorreu em Castanhal, nordeste do Pará

DENÚNCIA ANÔNIMA

Tiago Silva

DE CASTANHAL

A Polícia Civil prendeu um trio por tráfico de drogas na cidade de Castanhal,

região do nordeste paraense. A prisão aconteceu na manhã da última quinta-feira (15). Grande quantidade de entorpecentes foi apreendida.

Policiais civis da 3ª Região Integrada de Segurança Pública (3ª RISP) receberam informações de que estava acontecendo com frequência a comercialização de entorpecentes em uma

casa situada na rua Manaus, área do bairro Nova Olinda. Os policiais civis foram até o endereço informado, onde encontraram dois suspeitos em frente a casa alvo da denúncia.

Os suspeitos, identificados como Marcos das Chagas e Mateus das Chagas, que são gêmeos, foram abordados e flagrados com entorpecentes. Os

agentes de segurança pública entraram na casa e encontraram mais drogas. Na casa também estava uma mulher, identificada como Vilma das Chagas Souza. Segundo as denúncias, Vilma era quem comandava o tráfico de drogas e os irmãos Marcos e Mateus eram os principais vendedores dos entorpecentes

No total, foram apreendidas 161 porções de pasta base de cocaína. Também foram apreendidos dinheiro e documentos que eram deixados pelos viciados. Vilma, Marcos e Mateus foram apresentados na Delegacia do Centro de Castanhal e autuados em flagrante delicto pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.



Os criminosos estavam com mais de 160 porções de pasta base de cocaína, além de dinheiro e documentos que eram deixados por viciados com a mulher e foram apresentados na delegacia local
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RESPOSTA RÁPIDA ACUSADO DE MORTE DE JOVEM É PRESO

Policiais militares colocaram atrás das grades Kauã dos Santos Silva, que tirou a vida de João Paulo dos Santos com um disparo, em Altamira, sudoeste do Pará

FLAGRANTE

JR Avelar

Cantado em prosa e verso na década de 70 e 80, o então garimpo Castelo dos Sonhos acabou virando distrito de Castelo dos Sonhos, que sonha em se tornar município, hoje vinculado à cidade de Altamira, na região sudoeste do Pará, registrou um homicídio logo desvendado pela Polícia Civil.

Na última sexta-feira (15) chegou ao conhecimento da Polícia Civil que o um homem conhecido apenas por um apelido tinha sido vítima do crime de homicídio no Distrito de Castelo dos Sonhos.

De imediato, o investigador Gilvan Gomes se deslocou até a ocorrência do fato, na rua Helton Luiz Palaoro, onde constatou um corpo estendido no chão, identificado como João Paulo dos Santos, 25, alvejado e morto com um tiro na cabeça.

O policial percebeu que ao lado do corpo tinha rastros de motocicletas e nenhum projétil foi encontrado no local. Foi levantado também que a vítima era usuário de entorpecentes e não tinha familiares no distrito, além de ser contumaz na prática de furtos, é que não portava qualquer documento de identificação nem tinha moradia fixa no Distrito de Castelo dos Sonhos. O corpo foi encaminhado para exame cadavérico e após o registro na Polícia Civil foi exa-



Autuado em flagrante por homicídio qualificado, o criminoso foi entregue ao sistema penal e aguarda pela Justiça
FOTO: DIVULGAÇÃO

rada ordem de missão ao investigador Gilvan Gomes para que diligenciasse, no intuito de obter informações acerca da autoria delitiva do crime.

Após a realização de diligências ininterruptas pela Polícia

Civil e análise de câmeras de vídeo se logrou êxito na prisão do homicida identificado como Kauã dos Santos Silva, bem como na identificação de uma testemunha ocular do crime.

Todos foram levados à delega-

cia de Polícia Civil e Kauã dos Santos Silva autuado em flagrante pelo crime de homicídio qualificado e após os trâmites foi entregue ao Sistema Penal de Altamira onde aguardará posicionamento da justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**DOMINGO**

TRIO É PRESO EM BOCA DE FUMO
NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL.
PÁGINA 2

Diário do Pará

POLÍCIA**ARMAS E MUNIÇÕES****ARSENAL É APREENDIDO****INVESTIGAÇÃO****JR Avelar**

Durante uma operação da Polícia Civil no município de Uruará, na região sudoeste do Estado os policiais da delegacia da cidade vinculada a Superintendência Regional do Xingu prenderam dois homens durante cumprimentos de mandados de busca e apreensão desta feita por porte irregular de arma de fogo e comércio ilegal de munições e contrabando.

A operação Senhor das Armas II foi desencadeada depois que o delegado responsável por uma investigação representou pelas medidas cautelares que foram deferidas pela justiça e cumpridas na última sexta-feira (16).

Na operação foram presos Willow Lopes Ulian e Daniel Ulian após a deflagração da operação "Senhor das Armas II" que tinha como objetivo cumprir sete mandados de busca e apreensão, visando reprimir o comércio ilegal de munições e porte de arma de fogo na região.

No momento da prisão de Willow Lopes Ulian e Daniel Ulian eles estavam na posse de três pistolas sendo uma ca-



A carga de produtos ilegais foi apresentada na Delegacia de Polícia Civil do município de Uruará, na região sudoeste do Estado, depois de ser apreendida
FOTO: DIVULGAÇÃO

libre 9mm e duas calibre 380 que foram encaminhadas junto com os presos para a delegacia de Polícia Civil de Uruará.

Segundo o diretor de Polícia do Interior, delegado Hennison

Jacó, participaram da ação cerca de 25 policiais civis, da Superintendência Regional do Xingu, Deca Altamira, NAI Xingu, Delegacia de Homicídios der Altamira, 22ª Seccional de Al-

tamira e delegacias de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará.

No local onde os dois estavam os policiais encontraram 2.368 munições de vários calibres e trinta e seis maços de cigarros

contrabandeados. Os suspeitos foram autuados pelos crimes de porte irregular de arma de fogo e comércio ilegal de munições e contrabando e se encontram à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



SALÁRIOS DE R\$ 30,4 MIL

MPPA encerra inscrições na próxima 5ª

Certame do órgão vai preencher 65 postos de promotor de justiça e também formar cadastro reserva

NÍVEL SUPERIOR

JC CONCURSOS

Termina na próxima quinta-feira (22) o prazo para garantir participação no concurso do MPPA (Ministério Público do Estado do Pará) para promotor de justiça de primeira entrada e promotor de justiça substituto de primeira entrada. O certame preencherá 65 vagas imediatas, além de formação de cadastro reserva (CR). Do total de ofertas, 41 chances são para am-

pla concorrência, sete para candidatos com deficiência, 13 para negros, duas para indígenas e duas para quilombolas.

A remuneração inicial do promotor é de R\$ 30.404,42. A carreira exige diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharelado em direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e comprovação de exercício por três anos, no mínimo, de atividade jurídica, desempenhada exclusivamente após a conclusão do curso de bacharelado em direito.

INSCRIÇÕES

As inscrições preliminares serão recebidas exclusivamente pela internet, através do site da banca organizadora do processo de seleção, que é o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe (www.cebraspe.org.br).

Após concluir o cadastro, o candidato deverá imprimir o boleto bancário referente a taxa de participação, no valor de R\$ 375, e efetuar o seu pagamento até a data limite de 13 de outubro, observado o horário de funcionamento do banco.

PROVAS

O exame será aplicado na data prevista de 15 de janeiro de 2023, em locais e horários a serem comunicados no edital de convocação, a ser publicado em momento oportuno.

O concurso será constituído das seguintes etapas: prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório; provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório; inscrição definitiva (sindicância de vida pregressa e investigação social), de caráter eliminatório; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; prova de tribuna, de caráter clas-

sificatório; e avaliação de títulos, de caráter classificatório.

A prova objetiva será composta por 100 questões de múltipla escolha que versarão sobre direito constitucional, direito administrativo, direito civil, direito processual civil, direito penal, direito processual penal, direito eleitoral, legislação referente ao ministério público, direito empresarial, direito tributário, direito agrário, tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, direitos humanos e promoção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELEM

Evento 'Primavera dos Museus' conta história do Brasil através de suas moedas

Ao longo do dia serão realizadas palestras e exposições de moedas e cédulas históricas que narram ao público os detalhes sobre a evolução da moeda brasileira nos 200 anos de Independência do país. Evento é organizado pelo Tribunal de Justiça do Pará

Igor Wilson

18.09.22 16h01



Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

A história de um país pode ser contada através de sua moeda. É a partir desta perspectiva que acontece nesta segunda-feira (19) a 16ª edição da 'Primavera dos Museus'. O evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) é

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dedicado, principalmente, aos apaixonados pelo universo da chamada numismática, ciência que estuda medalhas e moedas.

'História, Independência e Acessibilidade: o bicentenário sob a ótica da Numismática e da Acessibilidade' é o tema da 'Primavera dos Museus' deste ano. Ao longo do dia serão realizadas palestras e exposições de moedas e cédulas históricas que narram ao público os detalhes sobre a evolução da moeda brasileira nos 200 anos de Independência do país.

Participam do evento pessoas que se inscreveram gratuitamente em atividades presenciais e online. As exposições ficarão abertas à visitação de 8:30h até o final da programação, às 12h, no hall de entrada do evento. O acervo exposto foi disponibilizado por colecionadores (as) e possui itens considerados raros. As demais atividades acontecem no auditório Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, localizado no anexo I do prédio-sede do TJPA.

A abertura oficial do evento, às 10 horas, terá a presença da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro e de dirigentes de órgãos do sistema de justiça participantes da Primavera dos Museus: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª. Região (TRT8), presidido pela desembargadora Graziela Leite Colares; Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), presidido pela desembargadora Luzia Nadja Guimarães do Nascimento; e Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), presidido pela conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira.

O evento contará ainda com as presenças da presidente da Comissão de Gestão da Memória do TJPA, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias; do desembargador Luis José de Jesus Ribeiro, conselheiro do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra) e da juíza de Direito Gisele Camarço Leite, membro da Comissão de Gestão da Memória.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O evento 'Primavera dos Museus' é uma ação nacional coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que visa mobilizar os museus brasileiros a elaborarem programações especiais voltadas para um mesmo tema. Em 2022, "Independências e museus: outros 200, outras histórias" foi o tema selecionado.

Visita guiada com acessibilidade

A programação segue na terça-feira (21), com uma visita guiada ao prédio-sede do TJPA com foco em acessibilidade. Um grupo de alunos(as) da Unidade Educacional Especializada Astério de Campos, formado por pessoas com deficiência, conhecerá as dependências e o histórico do prédio que abriga o Judiciário paraense, por meio de ferramentas de acessibilidade disponíveis no local.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Cresce em 1,10% a quantidade de medidas protetivas concedidas para violência doméstica no Pará

Números são do período de janeiro a julho de 2022. Tribunal de Justiça do Pará soma mais de 8.000 registros de ações expedidas para proteger vítimas de violência doméstica

Camila Azevedo

18.09.22 8h00



Larissa Miranda, diretora da Comissão de Mulheres e Advogadas da OAB-PA, explica que há a chance de punições caso a medida seja descumprida (Cláudio Pinheiro / O Liberal)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

O número de **medidas protetivas de urgência (MPUs)** concedidas nos primeiros sete meses de 2022 pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) **aumentou 1,10%** em relação ao mesmo período de 2021. A entidade contabiliza que o balanço fechou em **8.010 casos atendidos** de janeiro a julho deste ano contra os **7.245 do ano passado**. Um estudo realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** apontou que **9 em cada 10 pedidos são deferidos**. No estado, **97% das ações possuem aval positivo**. O mecanismo é uma **providência garantida por lei para proteger vítimas de violência doméstica**.

No estado, apenas **26,03%** desses pedidos foram julgados em **varas exclusivas** neste tipo de atendimento. Ainda na pesquisa, o CNJ totalizou **572.159 MPUs no Brasil**, sendo essa uma forma de **afastar o agressor da vítima para aumentar a segurança**. Nela, fica estabelecido a **restrição de qualquer tipo de contato com a pessoa** que sofreu a violência, além de **tirar o responsável de dentro da residência em que coabitam**. A mulher pode fazer essa solicitação em **qualquer delegacia** durante o registro do boletim de ocorrência e, em **caráter imediato**, o juiz de plantão recebe e assina o termo.

VEJA MAIS

A medida se estende aos **familiares, amigos e locais frequentados**. Larissa Miranda, diretora da Comissão de Mulheres e Advogadas da OAB/PA, explica que há a chance de **punições** caso a medida seja descumprida. “O agressor não pode entrar em contato **nem com a vítima, nem com amigos dela e nem com os familiares, local de trabalho, residência...** Fora que em qualquer lugar que ele a encontre, o que é muito difícil, porque em geral a vítima fica com **medo e reclusa**, o agressor tem que sair daquele ambiente. Se ele estiver no mesmo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ambiente, **pode ligar para o 190 e informar da MP.** Pela quebra da MP, independentemente, **o agressor pode ser preso**", destaca a especialista.

Uma vez que o agressor, na maioria dos casos, continua **procurando formas de atacar a vítima**, o processo tende a ser **continuado para manter a proteção**. Outra forma que contribui para a segurança da mulher é o uso da **Patrulha Maria da Penha**. Larissa ressalta que a iniciativa é utilizada para **vistoriar o local** em que a pessoa agredida esteja e depende da **capacitação técnica dos agentes envolvidos para ter sucesso**. "Obviamente, essas informações são **sigilosas**. Então, a Patrulha vai lá e faz esse **rotineiro** para saber se aconteceu alguma coisa, se teve algum **tipo de interação com o agressor**. Em **100% das vezes, ele volta a falar com a vítima**", diz.

O **crime de stalker** também vem sendo conhecido cada vez mais pelas autoridades como um **método para quebrar a medida protetiva**. Por meio de **softwares**, é possível **identificar e rastrear contas falsas criadas para monitorar a vida da vítima** por meio das **redes sociais**. "Eles olham através de **perfis de colegas, perfis fakes**. Agora, nós temos como **identificar por onde esses perfis foram feitos**, qual o CPF cadastrado, qual o endereço de IP, qual celular. E, aí, descobre que foi pelo **agressor**", aponta Larissa.

Tipos de violência doméstica

A violência doméstica é considerada como qualquer **ação ou omissão baseada no gênero** que cause **morte, lesão, sofrimento físico, sexual, moral, patrimonial e psicológico**. "Se qualquer movimento estranho que seja percebido na vida daquela mulher, você não vai estar salvando **apenas a vida dela**, mas de **todas aquelas pessoas que a envolvem**. Então, **fazer a denúncia é a salvar** e, principalmente, a **tirar da violência psicológica em que ela está vivendo**", conclui a advogada.

Recuperação e reeducação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O comparecimento do agressor em **programas de recuperação e reeducação**, com **acompanhamento psicossocial individual ou em grupo**, é incluído na **Lei Maria da Penha** como sendo uma MPU, através da **Lei nº 13.984/2020**.

Dessa forma, o Ministério Público do Pará (MPPA) lançou este ano o “**Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica**”, realizado, inicialmente, na **capital paraense**. Os participantes são homens **praticantes de violência selecionados por meio do sistema judicial**.

O projeto é uma forma encontrada pelo MPPA de lutar **contra a reincidência de agressores**, ou seja, evitar que o autor do crime **volte a praticar**. A estratégia, baseada em dados para reduzir a violência, é para **prevenir a morte de mulheres com a mudança de crenças e comportamentos**.

As reuniões acontecem a cada quinze dias por um período de quatro meses. No final, um **relatório psicossocial de avaliação é feito referente a cada participante**, que são 15, no total.

Como denunciar

As denúncias podem ser feitas em qualquer delegacia. Porém, há números específicos para situações específicas:

→ **180** - usado para quando já aconteceu o crime;

→ **190** - no momento em que as agressões estão acontecendo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após constatar condições precárias em escola municipal de Juruti, MPPA recomenda melhorias

A recomendação foi encaminhada à Prefeitura de Juruti e à Secretaria Municipal de Educação para que adotem providências.

Por g1 Santarém e Região — PA

17/09/2022 10h01 Atualizado há um dia



Visita técnica da promotoria de Justiça de Juruti na escola municipal Professora Maria da Silva Pereira — Foto: Promotoria de Justiça / Divulgação

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio promotor de Justiça Nadilson Portilho Gomes, expediu uma recomendação ao município de [Juruti](#),

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

oeste do Pará, na sexta-feira (16), objetivando garantir condições completas para o funcionamento do estabelecimento público de ensino regular da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria da Silva Pereira, localizada na sede do município.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

Além da recomendação, também foi instaurado um Inquérito Civil Público, tendo em vista irregularidades constatadas em uma visita técnica realizada pelo PJ Nadilson Portilho, pelo secretário municipal de educação e vereadores, na quinta-feira (15).

Foram constatadas condições precárias na estrutura da escola, forros inadequados/inexistentes em algumas salas; excrementos de morcegos; inexistência de climatização adequada; banheiros interditados; falta de sala de aula para quantidade de alunos; cantina funcionando em espaço inadequado; problemas no sistema elétrico; falta de mesas; armários; lousas; central de ar; dentre outros problemas.

Durante a visita, a diretora da escola informou, que o forro de uma das salas de aula desabou, apresentando risco para os alunos e sérios problemas na sua estrutura e, por isso, remanejou os alunos para o espaço do refeitório, único disponível, mas que também não possui condições para funcionamento, não existindo nem mesmo lousa ou ventiladores.

A recomendação foi encaminhada à Prefeitura de Juruti e à Secretaria Municipal de Educação para que, no âmbito de suas atribuições, adotem as providências cabíveis para efetuar as limpezas, reparos e obras necessárias para o funcionamento da escola.

No prazo de 30 dias úteis, os órgãos devem enviar ao Ministério Público todas as informações relativas ao atendimento das medidas previstas na recomendação.

O promotor de Justiça informou que as visitas nas escolas continuarão para fiscalizar e garantir melhorias de condições de estudo para os alunos e de trabalhos para os servidores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O secretário municipal de educação informou que buscará atender a recomendação do Ministério Público e que, inclusive já estava providenciado a reforma da Escola, mas que os desafios são imensos diante do abandono dos imóveis das escolas no município por várias administrações.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Promotoria recomenda suspensão de seleção de OSS para gerir Hospital Regional do Baixo Amazonas

Também foi recomendado inclusão no edital, de dever do contratado em manter portal da transparência permanentemente atualizado.

Por g1 Santarém e Região — PA

17/09/2022 09h53 Atualizado há um dia



Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA) em Santarém — Foto: Kleberon Santos/Agência Pará

A 9ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), no oeste do Pará, expediu Recomendação no último dia 12, ao secretário estadual de Saúde, para que suspenda o certame para seleção de entidades de direito privado, sem fins

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

lucrativos, qualificadas como Organização Social em Saúde (OSS), interessadas em celebrar Contrato de Gestão para o gerenciamento, operacionalização e execução de atividades e serviços de saúde no Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA).

Também foi recomendado que a Sespa altere o Edital de Seleção nº007/2022, com a inclusão do dever do contratado em manter portal da transparência permanentemente atualizado, e depois divulgue novo cronograma para a seleção.

A Recomendação do promotor de Justiça Diego Belchior Ferreira Santana, considera o procedimento instaurado na promotoria para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do dever de transparência nos trâmites do Chamamento Público – Edital de Seleção nº007/2022 de 19 de agosto de 2022, que visa a seleção da OSS, bem como o cumprimento do dever de transparência na celebração do Contrato de Gestão com a entidade de direito privado que for vencedora do Chamamento Público.

A promotoria recomenda que após a suspensão e inclusão do dever de transparência, em ordem a descrever todos os itens mínimos que devem ser incluídos no Portal da Transparência da entidade, seja reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a participação no Chamamento Público, com a publicação de novo cronograma.

Como o resultado do certame está previsto para o próximo dia 30 de setembro, a promotoria requisitou, excepcionalmente, resposta por escrito sobre o atendimento ou não da recomendação, de modo fundamentado, no prazo de dois dias a partir do recebimento.

O Edital 007/2022 traz como anexos, entre outros, o Termo de Referência e o Modelo de Contrato de Gestão a ser celebrado com a Organização Social de Saúde. Ao analisar os documentos foi observado que não há, como obrigação da contratada, o dever de atenção à transparência, na modalidade transparência ativa, com a manutenção de site contendo a publicação de informações relacionadas a execução do contrato.

A promotoria destaca a legislação que dispõe sobre o acesso à informações, sendo dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

a divulgação em seus sítios na internet, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Despesas

Conforme o Edital, as despesas decorrentes do Contrato de Gestão têm valor mensal de R\$ 13.861.078,93, e valor global de R\$ 166.332.947,16. Em virtude de emprego desses recursos públicos, o dever de transparência ativa deve ser atentamente seguido, aponta a Recomendação.

De acordo com a promotoria, no período de execução do contrato 023/2014, entre a Sespa e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Pró Saúde, a OSS deixou de publicar informações claras e atualizadas, em tempo real, para que cidadãos e órgãos de controle pudessem fiscalizar os atos e dados do contrato, o que resultou no ajuizamento de Ação Civil Pública pelas 8ª e 9ª promotorias, para obrigar judicialmente a Pró Saúde a dar cumprimento à Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), e ao Decreto Estadual nº 1359/2015.

A promotoria considera ainda, que apesar de 40 termos aditivos existentes no contrato com a Pró Saúde, a Sespa não adotou nenhuma medida para assegurar a publicidade na utilização dos recursos públicos e possibilitar o controle social. O Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais tem sede em Belém, com atuação centralizada, distante cerca de 800 quilômetros de distância de Santarém, o que dificulta a fiscalização preventiva e efetiva, uma vez que não há exigência de portal da transparência detalhado. O grupo tem apenas 29 integrantes para análise de todos os Hospitais geridos por Organizações Sociais em todo o Pará, o que impõe a necessidade de disponibilização da documentação via internet, sob pena de frustrar o dever de fiscalização.

O MPPA destaca também a precariedade da saúde pública em Santarém, que exige o emprego adequado dos recursos, sobretudo no referente à economicidade, de modo a otimizar a efetivação do direito à saúde, o que reclama a máxima atenção dos órgãos de controle.

"Há, portanto, a necessidade de inclusão no Edital de Chamamento Público – Seleção nº007/2022, bem como no Modelo de Contrato de Gestão, da

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

obrigatoriedade de publicações, na modalidade de Transparência Ativa, com inclusão pormenorizada de todos os itens que devem conter o portal da transparência da entidade, como forma de efetivar o controle social e privilegiar o direito a uma boa administração pública”, concluiu o promotor Diuego Belchior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

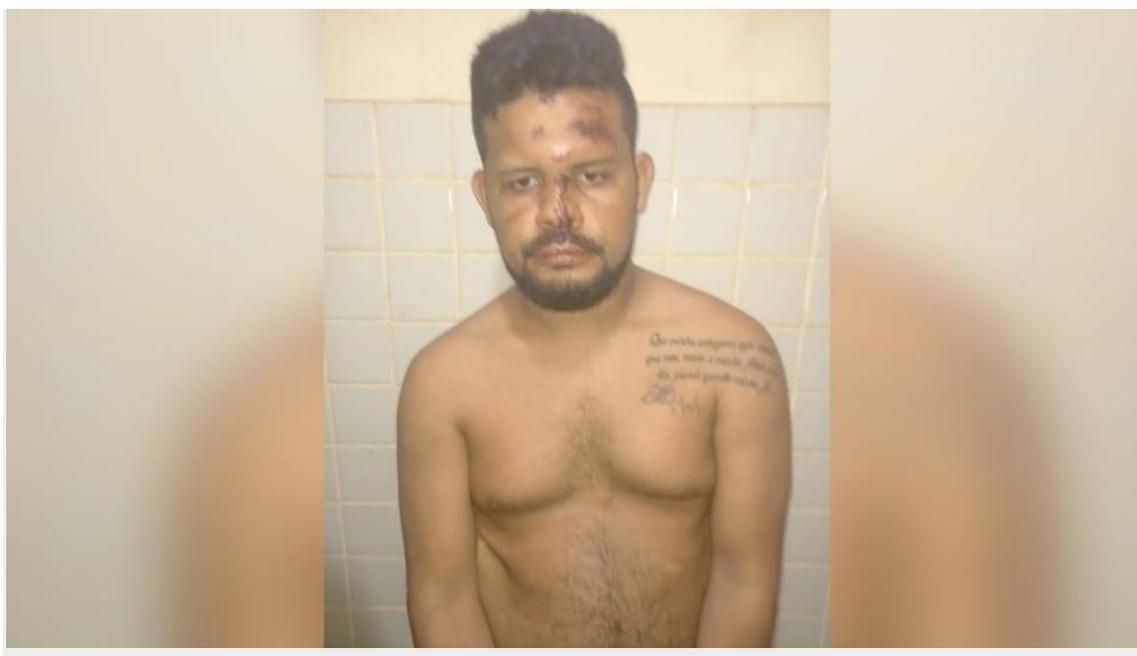
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Rita: tribunal do júri condena homem que matou a companheira por ciúmes a 23 anos de prisão

Julgamento foi realizado na quinta-feira (16). Tese de legítima defesa não convenceu.

Por Sílvia Vieira

16/09/2022 16h16 Atualizado há 2 dias



Makaivo Vieira foi preso um dia após matar a namorada Rita Carvalho — Foto: Polícia Civil/Divulgação

Passava das 21h de quinta-feira (15) quando o juiz Gabriel Veloso, titular da 3ª Vara Criminal de [Santarém](#), oeste do Pará, anunciou a sentença de Makaivo Santos Vieira. O réu foi condenado a 23 anos e 6 meses de reclusão em regime fechado pelo assassinato de Rita Carvalho dos Santos. O crime aconteceu no

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dia 30 de janeiro deste ano, na Floresta Nacional do Tapajós, município de Belterra.

A tese de legítima defesa não convenceu o conselho de sentença. Makaivo disse que Rita pegou a faca durante uma discussão do casal por motivo de ciúmes, e ele para se defender tentou desarmá-la, mas como estava dirigindo não teve total domínio da situação e acabou ferindo a companheira no pescoço por mais de uma vez, provocando a morte dela.

Makaivo Santos Vieira era motorista da Cooperativa da Floresta Nacional do Tapajós e usou uma caminhonete da Coomflona para ocultar o corpo de Rita no município de Rurópolis, região sudoeste do Pará.

Makaivo foi julgado pelos crimes de homicídio qualificado por motivo torpe (ciúmes), meio que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima, feminicídio em concurso com ocultação de cadáver.



Corpo de Rita estava próximo à caminhonete da Coomflona — Foto: Polícia Civil

O crime

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O casal Makaivo Santos Vieira, 28 anos, e Rita Carvalho dos Santos, 16 anos, saiu em uma caminhonete da Coomflona na tarde do dia 30 de janeiro deste ano, para levar um irmão de Makaivo da comunidade Prainha até Pini, em Belterra, oeste do Pará. Depois de deixarem o homem em Pini, Makaivo e Rita desapareceram.

Familiares do casal se mobilizaram por meio de redes sociais numa campanha em busca de localizar Makaivo e Rita. A princípio, havia a suspeita de que eles pudessem ter sido sequestrados por causa da caminhonete da Coomflona.

No dia 31, o corpo de Rita foi encontrado próximo à caminhonete em uma área de mata no município de Rurópolis. A vítima apresentava perfuração de faca no pescoço.

Makaivo foi encontrado próximo ao local. Segundo populares, ele tentou fugir mas foi agarrado e entregue à Polícia, sendo conduzido primeiramente para a Delegacia de Rurópolis onde prestou depoimento e confirmou ao delegado Ariosnaldo Vital Filho que matou Rita com uma facada no pescoço em meio a um discussão do casal por ciúmes, dentro do veículo da Comflona, em uma estrada da Flona Tapajós.

O assassino confesso também contou que ficou com o corpo dentro do carro por várias horas até decidir ir para Rurópolis onde abandonou o corpo e o veículo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia prende homem com mandado em aberto e outro foragido da penitenciária, em Santarém

Casos foram registrados na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil.

Por g1 Santarém e região — PA

16/09/2022 12h20 Atualizado há 2 dias



Casos foram registrados na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil — Foto: Alan Martins/g1

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A polícia prendeu, nesta quinta-feira (15), dois homens que estavam com mandados de prisão em aberto. A primeira prisão aconteceu em uma rodovia de Santarém, oeste do Pará.

Segundo a polícia, um homem que estava trafegando pela rodovia Curuá-Una foi abordado. Durante a abordagem os agentes realizaram a fiscalização e verificação veicular e foi constatado que o condutor tinha um mandado de prisão em aberto durante a consulta do nome no sistema.

O condutor foi detido e encaminhado à delegacia para procedimentos cabíveis. Após as diligências foi levado para a penitenciária.

Um segundo homem foi recapturado em bairro da cidade. Ele foi beneficiado com a saída temporária, mas acabou não retornando e foi considerado foragido pela Justiça.

Ele foi encaminhado direto para a Penitenciária Silvio Hall de Moura. Os casos foram registrados na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br